



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

MISSÃO E RESPONSABILIDADE DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA

DISCURSO PROFERIDO NO COLÉGIO TÉCNICO UNIVERSITÁRIO, EM JUIZ DE FORA (MINAS GERAIS), A 22 DE OUTUBRO DE 1968, COMO PARANINHO DA TURMA DE FORMANDOS NOS CURSOS DE ELETROTÉCNICA, MÁQUINAS E MOTORES.

Meus Afilhados:

Estudante fui a vida toda, enquanto estive ligado à carreira iniciada no Colégio Militar. Professor também fui, durante largos anos dessa mesma carreira, tão vinculada sempre ao trabalho estimulante da aprendizagem sistemática e à nobreza sem par do magistério. Mas não há de ter sido por estas duas condições, das quais recolho ainda os ecos próximos da saudade, que me elegestes para a honra deste ato de Paraninfo.

Aqui estou como Chefe-de-Estado, terceira condição em que o velho soldado convertido à vida civil, o antigo estudante e o professor confundem-se no cidadão incumbido de governar transitoriamente o País, como se soldado ainda fosse, para mais severamente entregar-se ao cumprimento do dever; como se tivesse sido apenas civil, para melhor abarcar a natureza do poder que exerce em nome da Constituição; e como se nunca houvesse deixado de ser professor e estudante, para dar aos impacientes a lição despreziosa da serenidade e do bom-senso, e para continuar a aprender com o nosso povo a suprema lição da generosidade, da energia, da perseverança e do otimismo criador.

Foram estas mesmas qualidades que se evidenciaram em vosso espírito, no movimento de que resultou a escolha de meu nome para servir de padrinho à vossa turma, como já haviam impulsionado a população desta Cidade para lhe dar, em Minas e no Brasil, a posição de pioneirismo que conquistou no processo de desenvolvimento industrial do País e também, em consequência, no processo de implantação de

um sistema universitário adequado às necessidades de expansão de nossa vida econômica e cultural. O Magnífico Reitor de vossa Universidade lembrou recentemente, a propósito do cinquentenário da Escola de Engenharia, que Juiz de Fora se antecipara não apenas ao Brasil, mas a toda a América do Sul, na instalação de uma usina geradora de energia elétrica. A indústria brasileira amanheceu aqui; e aqui haveria de amanhecer a idéia de abrir estradas para o escoamento do produto do vosso trabalho.

Não seria de surpreender que igualmente aqui o ensino universitário encontrasse um dos seus campos pioneiros da experimentação vitoriosa, coroada com a fundação relativamente recente da Escola Técnica, de que nasceu o Colégio que vos confere hoje diploma de conclusão dos Cursos de Eletrotécnica, Máquinas e Motores.

Bem sabeis a atenção especial que dedico a este ramo de ensino, desde que comecei a dimensionar, antes mesmo de eleito, as dificuldades do desenvolvimento brasileiro, para mais racionalmente afastá-los, atacando-os pela base. Uma das falhas mais graves do nosso sistema educacional pode ser apontada, sem temor de erro, na persistência com que mantivemos os moldes europeus, para cá transplantados quando na Europa a revolução industrial já fazia cair o prestígio dos Cursos de Letras, formadores de bacharéis, que entre nós ainda atraíam irresistivelmente os que buscavam as escolas superiores para de lá sair com um passaporte para os salões e para o serviço público.

Tal desajustamento, entre a pressão crescente das necessidades reais do País e um sistema formador de elites alienadas, não é fenômeno puramente brasileiro. Mas no Brasil, por circunstâncias peculiares, a defasagem foi mais larga e violenta. Os franceses cuidam de ajustar as suas instituições culturais e universitárias às novas aspirações da juventude e às novas exigências da França. Nos Estados Unidos, o Professor Clark Kerr, que presidiu durante alguns anos à Universidade da Califórnia — tida como a maior do Mundo, com seus 95 mil estudantes matriculados — publicou há pouco um pequeno e notável trabalho, em que reconhece, também lá, a necessidade de uma «mudança de ênfase no ensino», para levar a juventude a uma participação ativa e sadia na vida da sociedade industrial.

É preciso distinguir, no fenômeno universal da fermentação estudantil, aquilo que constitui a soma de reivindicações legítimas dos moços, para não correremos o risco de confundir a ação destrutiva de ativistas com as aspirações profundas e sinceras da maioria. A propósito das pequenas vanguardas agressivas, que desfraldam confusamente a bandeira da justiça social (como se ela não estivesse também em nossas mãos), um estudante da Universidade de Harvard, Steven Welman, escreveu recentemente estas palavras admiravelmente maduras: «Os estudantes não são, embora muitos queiram iludir-se pensando assim, os desgraçados da terra. Se eles se identificam ou simpatizam

com os verdadeiros deserdados da sorte, sua tarefa na Universidade deve ser, como intelectuais, aprender a arte de atacar a pobreza e o atraso, e desenvolver estratégias capazes de promover reformas sociais pacíficas, que envolvam a população em geral. A pobreza não se elimina por si mesma, ainda que haja vontade política mobilizada para tal fim. É preciso talento profissional — econômico, técnico, sociológico — para que se elaborem políticas visando ao pleno emprego, à saúde, à construção de moradias.»

Como Presidente da República, em peregrinação através do País, posso testemunhar que a maioria dos nossos estudantes — da Amazônia ao Rio Grande do Sul, da Universidade do Pará à de Santa Maria — compreende exatamente assim a missão e a responsabilidade da juventude universitária. A fermentação entre nós se processa em uma minoria inquieta, constituída de moços mais sujeitos, por ingenuidade ou excesso de boa-fé, aos apelos de ativistas ideologicamente preparados para transformar reivindicações muitas vezes justas em movimentos freqüentemente destituídos de justiça e muitas vezes animados de propósitos anarquistas, que não são os propósitos da juventude.

Não desdenho essa minoria, pois não sou o Presidente de um certo número de brasileiros, mas de todos os brasileiros. Com paciência e energia, usando cada qual em seu momento próprio, tenho como certo que a ajudarei a identificar os falsos líderes, na mesma medida em que o Governo demonstrar a boa-fé e a firmeza com que trabalho para dar ao problema universitário a solução esperada pela juventude e pela Nação.

Não existe no Brasil, a meu ver, outro problema que se afigure mais importante e urgente do que este. Dei-lhe prioridade absoluta nas preocupações cotidianas e nas atividades do Governo. Há cerca de três meses, anunciei em Brasília a Reforma Universitária. E há muitos dias já assinei os atos que estavam na minha alçada praticar, para torná-la, realidade, encaminhando à sabedoria do Congresso os que deviam emanar do Poder Legislativo. Antes de findar o ano, poderemos anunciar a estrutura completa da Reforma, em tempo recorde e com algumas características que lhe vão dar, nos próximos dois anos, as dimensões de uma revolução no ensino e também nos métodos administrativos de atacar o problema.

Assegura-se, por exemplo, ao ensino superior, um regime jurídico e administrativo concebido em termos flexíveis, para permitir, principalmente às Universidades, alternativas e opções diversas, tendo-se em vista as adaptações que se operarão no panorama econômico e social do País.

Mas, ao lado disso, assegura-se a preservação do montante de recursos destinados à educação, excluindo-se as rubricas orçamentárias do programa de contenção de despesas.

Os dispêndios públicos, nesse domínio, serão elevados, a preços de 1968, de 810 milhões de cruzeiros novos para 1 bilhão, 234 milhões em 1970, o que representará um aumento de 52 por cento, excluídos os recursos externos.

O montante previsto de aplicação, no período 1968/70, será de 3 bilhões, 549 milhões de cruzeiros novos, representando aumentos de 56 e 130 por cento, em relação aos dois triênios anteriores.

Concede-se, ainda neste ano, um orçamento suplementar de 25 milhões de cruzeiros novos à educação, para permitir o início da execução de programa de contratação de monitores e implantação do regime de tempo integral nas universidades.

Institui-se um incentivo fiscal para o setor, com autorização para desconto de até 2 por cento no valor do imposto de renda devido por pessoa física ou jurídica, para constituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Reserva-se, por lei, parcela correspondente a 5 por cento de todos os mecanismos de incentivos fiscais já estabelecidos, para aplicação obrigatória em projetos de educação e treinamento de mão-de-obra.

Destina-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação um montante de 20 por cento do Fundo Especial da Loteria Federal.

As transferências da União, para Estados e Municípios, destinadas ao ensino primário e médio, são condicionadas a uma contrapartida, por parte dos Governos estaduais e municipais, a ser realizada através do Fundo de Participação de Estados e Municípios, que já em 1969 deverá alcançar a soma de 1 bilhão e 784 milhões de cruzeiros novos.

Com os recursos externos que estão sendo simultaneamente atraídas para o setor da Educação, será ampliada ainda mais a garantia de que a reforma universitária não ficará no papel e terá rápida e eficaz implantação.

O que posso assegurar aos estudantes do Brasil é a minha profunda fé na juventude estudiosa de meu País, no seu idealismo, no sentimento de Pátria, na sua inteligência e na sua cultura; e, por igual, asseguro-lhes o meu firme propósito de tudo fazer para dar a forma concreta às suas nobres e justas aspirações, que terão em mim um defensor dedicado, firme e leal.

Meus Afilhados,

Seria talvez fastidioso, apesar da importância do assunto, alongar este discurso na enumeração das medidas e na previsão das conseqüências próximas e remotas da reforma. Julguei oportuno anunciar-vos diretamente o que fizemos e o que vamos fazer, para corresponder melhor ao vosso convite e até para justificá-lo, perante mim mesmo, buscando a razão pela qual me fizestes o vosso Paraninfo.

O que acabo de anunciar, entretanto, nada mais é que o dever do Chefe-de-Estado, empenhado em promover o bem-estar de seu povo e o progresso de seu País, como a única maneira de se elevar à altura da honra de governá-los. Devo atribuir, portanto, o vosso gesto à generosidade que caracteriza a juventude e cuja largueza dispensa explicação.

Sede felizes. Muito obrigado.